

Historiografia/Teratologia: a irreduzível oposicionalidade da crítica

Nabil Araújo¹ (UFMG)

Resumo:

Partindo das reflexões de Dominick LaCapra sobre o grande problema enfrentado pelo historiador da crítica – “como alguém escreve uma história de um ‘objeto’ radicalmente heterogêneo e internamente dialogizado?” –, este trabalho procura mostrar, passando por autores importantes para a problemática abordada como Jonathan Culler e Jacques Derrida, que a questão de LaCapra encontra-se, na verdade, mal formulada, a heterogeneidade radical da crítica constituindo não um ponto de partida mas um ponto de chegada da História da Crítica, de uma certa historiografia da crítica, à qual se poderia chamar, com base em Derrida, de “teratológica”.

Palavras-chave: História da Crítica, “theory”, desconstrução, monstrosidade, teratologia

“Writing the History of Criticism now?” [Escrever a História da Crítica agora?] é o texto de uma palestra proferida por LaCapra e publicado em livro em 1985. LaCapra começa por explorar a ambiguidade deliberada do título do texto, que pode ser lido como referindo-se a “escrever, no tempo atual [*at the present time*], a história da crítica”, ou a “escrever a história da condição ou estado atual [*of the present condition or state*] da crítica” (1985. p. 95). Essa ambiguidade não é contingente mas necessária, enfatiza LaCapra, posto que “as duas iniciativas estão intimamente unidas uma a outra” (Ibid., p. 5); seria inconcebível, afinal, parece pressupor LaCapra, escrever, hoje, uma História da Crítica, sem levar em conta o estado da crítica hoje. Mas é justamente o estado atual da crítica que pareceria se impor antes como impedimento do que como possibilidade de uma historiografia da crítica, já que, segundo o autor (Ibid., p. 5), ele “pode tornar radicalmente problemático o esforço para escrever alguma coisa que se pareça uma história convencional de eventos ou desenvolvimentos levando até ele”.

A fim de dar visibilidade a essa condição presente da crítica “que resiste ser tratada como um *telos* em direção ao qual eventos anteriores se desenrolam” (Ibid., p. 5), LaCapra cita o parágrafo de abertura do hoje clássico *On deconstruction* (1982), no qual Jonathan Culler descreve a cena crítica daquele momento nos seguintes termos (eis, justamente, o trecho citado por LaCapra):

Se os observadores e beligerantes dos recentes debates críticos pudessem concordar em alguma coisa, seria em que a teoria crítica contemporânea é confundidora e confusa [*confusing and confused*]. Houve um tempo em que poderia ter sido possível pensar a crítica como uma atividade única praticada com diferentes ênfases. A acrimônia do debate recente sugere o contrário: o campo da crítica é contenciosamente constituído por atividades aparentemente incompatíveis. Até mesmo tentar uma lista – estruturalismo, “reader-response criticism”, desconstrução, crítica marxista, pluralismo, crítica feminista, semiótica, crítica psicanalítica, hermenêutica, crítica antitética, *Rezeptionsästhetik*... – é flertar com um vislumbre transtornador do infinito que Kant chama o “sublime matemático” (CULLER, 1982. p. 17).

LaCapra observa que “a elipse na passagem acima citada dá a entender que a lista de Culler das tendências correntes pode ser estendida talvez não ao infinito mas ao menos longe o bastante para engendrar uma frustrada ou impactada sensação de estranheza [*of the uncanny*]” (1985. p. 96). Essa proliferação de correntes teóricas e métodos de leitura diversos implicando, muitas vezes, concepções diversas e mutuamente excludentes de seu objeto, escopo e procedimentos acaba por

gerar a impressão de que, contemporaneamente, *crítica literária* [*literary criticism*] “parece pouco mais do que a designação para a arena onde o ‘agon’ ou disputa entre várias práticas discursivas tem sido particularmente intenso no passado recente” (Ibid., p. 97). Para complicar ainda mais a situação, essas diversas “práticas discursivas” em competição não se apresentam internamente puras ou homogêneas, não caracterizando nada como “comunidades interpretativas isoladas”, revelando, antes, “um alto nível de alteridade e dialogização internas” (Ibid., p. 98) – p. ex.: um crítico marxista hegeliano pode sentir-se mais hostil em relação a um marxista estruturalista ou desconstrutivista, apesar de supostamente pertencerem à mesma “comunidade marxista”, do que em relação a um crítico neo-aristotélico ou a um “reader-response critic”, pertencentes, de direito, a comunidades rivais à “marxista” (Ibid., p. 98). Daí, segundo LaCapra, o grande problema para o historiador da crítica: “como alguém escreve uma história de um ‘objeto’ radicalmente heterogêneo e internamente dialogizado?” (Ibid., p. 99).

Pode-se simplificar a tarefa justamente simplificando-se a história a ser contada, pondera LaCapra (Ibid., p. 99), lembrando que: “Perspectivas críticas diferentes convertem a trama [*plot*] em diferentes histórias [*stories*]”. Pode-se ter, assim, inúmeras versões concorrentes da História da Crítica regidas, cada uma delas, pela perspectiva crítica específica então professada pelo historiador. A despeito das diferenças, essas diversas versões compartilhariam entre si, segundo LaCapra (Ibid., p. 99), “não apenas uma conveniente redução das complexidades da cena crítica corrente, mas um evitamento da investigação das condições socioculturais e políticas que podem realmente ser comuns aos modos heterogêneos de crítica” (Ibid., p. 99).

A grande questão, portanto, para LaCapra parece mesmo ser a de escrever uma história que faça justiça, por assim dizer, à “heterogeneidade radical” e à “dialogicidade interna” da crítica contemporânea, que não reduza, enfim, aquelas “complexidades” da “cena crítica corrente” que a tornam uma “arena” onde “práticas discursivas” diversas disputam entre si o primado epistemológico, institucional e político. Isso levará LaCapra a propor uma modalidade diferenciada de historiografia da crítica, pautada pela tentativa de “traçar, em termos precisos, as configurações de repetição e mudança ao longo do tempo – as variações no modo como os ‘mesmos’ problemas são debatidos e também no modo como questões institucionais, ideológicas e políticas estão em jogo nesses debates” (Ibid., p. 108). Para tanto, LaCapra baseia-se explicitamente no que chama “a obra de Derrida”, afirmando que, em relação à mesma, “a principal condição da história seria o movimento de repetição com diferença” (Ibid., p. 105), e que essa visão “abre a possibilidade de repensar a relação entre textos e contextos de uma maneira que lida com a questão de escrever a história de objetos radicalmente heterogêneos” (Ibid. p. 105). Isso, à medida que Derrida “abala ou ‘solicita’ os fundamentos metafísicos da própria historiografia elaborando uma noção de temporalidade que é a história [*story*] nem da continuidade nem da descontinuidade e que disrompe a clássica oposição entre o particular ou único e o universal ou intemporal” (Ibid., p. 106); na abordagem derridiana, em suma, “repetição e mudança, iteração e alteração ocorrem juntas ao longo do (ou como) tempo”. Essa temporalidade como “repetição com mudança”, conclui LaCapra (Ibid., p. 106), “também situa o crítico numa relação transferencial com o ‘objeto’ de estudo; ela nega a possibilidade de total domínio mas também abre aquela de um intercâmbio ou ‘diálogo’ mais bem informado e auto-crítico com o passado (Ibid., p. 106).

Essa possibilidade de “diálogo” com o passado é tão central para LaCapra que ele encerra seu texto afirmando que se há, em suma, algo que emerge da discussão por ele então levada a cabo é a “necessidade e a dificuldade de relacionar a história da crítica à própria crítica” (Ibid., p. 114). Ora, essa necessidade vem à tona quando LaCapra expressa, quanto a seu programa de investigação dos problemas da crítica ao longo do tempo como “repetição com mudança”, que: “O próprio modo no qual se escreve essa história necessariamente reencenaria e, até certo ponto, transformaria a configuração discursiva na qual os debates têm lugar no presente” (Ibid., p. 108-109). Uma vez enunciado esse desejo imperioso de que a historiografia intervenha ativamente na vida presente da

crítica, fica logo patente, contudo, o grande desafio embutido nesse desejo. Afinal de contas, qual seria a natureza dessa intervenção, e como, em que termos ela deveria se dar?

Bem entendido, o programa historiográfico lacapriano aponta para algo como um segundo nível de transversalização da História da Crítica, o primeiro tendo sido instituído por George Saintsbury, que, na virada do século XIX para o XX, pôs em xeque a tradição historiográfica que fazia da crítica literária um epifenômeno, um efeito ou um sintoma do “Espírito nacional”, ao reconhecê-la como um objeto “em si mesmo”, imbuído de uma historicidade própria, e cujo desenvolvimento seria transversal a tradições linguístico-literárias diversas. Estava fundada a “History of Criticism” como gênero historiográfico de longa duração no mundo anglófono. LaCapra, por sua vez, quer dar um passo além ao de Saintsbury, Wellek & Cia., pondo em xeque a própria unicidade e homogeneidade da crítica como objeto de investigação histórica, atendo-se, agora, a certos “problemas” ou “temas” que seriam transversais não apenas a tradições linguístico-literárias diversas, mas também às diversas escolas, correntes ou perspectivas teóricas que vieram a emergir nos estudos literários internacionalmente, ainda que a “repetição” de tais problemas/temas ao longo do tempo e em contextos diversos deva sempre ser acompanhada de “mudança”.

A via com que sonha, então, LaCapra parece insinuar-se, de fato, com maior clareza, quando o autor sugere, a propósito do programa historiográfico por ele delineado, a possibilidade de se “escrever sobre problemas mais ou menos delimitados com uma sensibilidade para suas ressonâncias mais amplas e suas influências sobre as controvérsias contemporâneas” (Ibid., p. 109). Ora, parece mais do que evidente que a tentativa de reconstituir as “ressonâncias” e as “influências” de problemas críticos do passado sobre as “controvérsias contemporâneas” não poderia ser empreendida idealmente, isto é, do modo mais imparcial possível, por alguém que se encontrasse diretamente envolvido em tais “controvérsias”, ocupando um determinado posicionamento na “arena” crítica da atualidade.

Aí fica claro que o autor ideal, para LaCapra, de uma História da Crítica nos termos por ele concebidos deveria ser alguém *de fora* do campo da crítica, alguém que não estivesse direta e pessoalmente envolvido em algum combate na “arena” crítica, alguém, em suma, que não fosse originária e fundamentalmente um crítico ou teórico literário, e sim, por exemplo, um historiador ou teórico da historiografia – caso do próprio LaCapra, aliás, por maior que tenha se revelado seu interesse e seu engajamento no campo literário. A certa altura de sua reflexão, LaCapra (Ibid., p. 109) permite-se, com efeito, lançando mão de um certo “senso de distância antropológica”, remeter ao que chama de “a sociedade dos críticos” – da qual, claramente, ele não faria parte –, acusando-a, na sequência, de corporativismo e de elitismo. Uma História da Crítica escrita por alguém que demonstrasse tamanho distanciamento em relação a seu “objeto” provavelmente se revelaria altamente instrutiva do ponto de vista de uma dissecação da “sociedade dos críticos” que visasse estudar sua anatomia, seus mecanismos de funcionamento, etc. Mas um tal estudo, é preciso admitir, se veria desprovido de relevância para aquele que se encontra direta e pessoalmente envolvido nos combates de que fala LaCapra, isto é, o próprio crítico, para quem a utilidade do mesmo ficaria condicionada à possibilidade ou não de se apropriar, de mobilizar em proveito próprio para fins de combate as informações então disponibilizadas acerca da “vida” da crítica (e alguém duvida de que tais informações possam, dependendo do talento do argumentador, ser efetivamente apropriadas e mobilizadas em favor de qualquer um dos posicionamentos beligerantes?).

Esta, pois, a aporia em que se vê enredado o programa historiográfico lacapriano: o de postular uma dupla demanda para a História da Crítica composta, na verdade, por dois imperativos mutuamente excludentes – o de (a) ser fidedigna à “heterogeneidade radical” e à “dialogicidade interna” da crítica, negando-se a reduzir as “complexidades” da “cena crítica corrente” em proveito deste ou daquele posicionamento no interior da “arena” em questão, e o de (b) intervir ativamente nessa mesma “cena”, esforçando-se por “reencenar” e “transformar” a “configuração discursiva na

qual os debates têm lugar no presente”. Os imperativos em questão são mutuamente excludentes porque, se por um lado, o “autor ideal” dessa História é incapaz de intervir numa cena que ele só pode descrever fidedignamente por que se encontra *fora* dela, por outro lado, aqueles que podem efetivamente atuar e intervir na cena em questão não dispõem da “distância antropológica” com que conta o historiador lacapriano, posto que são os próprios atores no interior da cena por ele descrita. Em resumo: o imperativo da fidedignidade à “cena crítica corrente” exclui o imperativo da intervenção na “cena crítica corrente”, e vice-versa.

Toda a reflexão de LaCapra sobre a História da Crítica apoia-se, com efeito, sobre a imagem da “cena crítica corrente” como uma “arena” onde o se dá a disputa entre várias “práticas discursivas”. Essa imagem, LaCapra procura fixá-la, para o leitor, por meio de uma citação de Culler, autor que passa a funcionar, então, como uma espécie de fiador do discurso lacapriano, atestando a consensualidade da percepção da “cena crítica corrente” como “arena”. A passagem de *On deconstruction* então citada por LaCapra de fato parece apontar nessa direção, mas qual não será a surpresa do leitor que, consultando o próprio livro de Culler, e contextualizando a referida passagem, constata a considerável diferença entre o diagnóstico culleriano e o lacapriano.

Há um advérbio no trecho de *On deconstruction* citado por LaCapra para o qual seria preciso chamar a atenção: as atividades que constituem o campo da crítica são, segundo Culler, *aparentemente* [apparently] incompatíveis (1982. p. 17). Ainda no mesmo parágrafo, logo depois do bloco citado por LaCapra, Culler afirma: “A contemplação de um caos que ameaça derrotar a capacidade de sensatez pode produzir, como Kant sugere, uma certa exultação, mas a maioria dos leitores fica apenas perplexa ou frustrada, e não tomada de admiração” (Ibid., p. 17). E então: “Ainda que não prometa [causar] admiração, este livro procura enfrentar a perplexidade” (Ibid., p. 17). Mais à frente: “Este livro tenta dissipar a confusão, fornecer sentido e fins, discutindo o que está em jogo nos debates críticos de hoje e analisando os projetos mais interessantes e valiosos da teoria recente” (Ibid., p. 18).

Culler parte, portanto, da *percepção* de uma confusão no campo da crítica contemporânea que deixa as pessoas perplexas. Ele pretende eliminar a confusão e a perplexidade, fornecendo “sentido e fins” para o leitor; e ele o fará, basicamente, tentando mostrar que aquilo que gera a confusão e a perplexidade – a incompatibilidade das atividades reunidas no campo da crítica – não passa, na verdade, de um fenômeno aparente: tais atividades são apenas *aparentemente* e não *realmente* incompatíveis.

No prefácio ao livro, Culler (Ibid., p. 8) explica, com efeito, que, de acordo com uma nova compreensão do assunto, “os trabalhos de teoria literária estão estreita e vitalmente relacionados a outros escritos dentro de um domínio até agora não nomeado, mas frequentemente chamado de ‘theory’ [teoria] para abreviar”. Mais do que um “domínio” disciplinar, o termo “theory” denominaria, na verdade, segundo Culler (Ibid., p. 8), “um novo gênero” de escrita. “Esse novo gênero é, com certeza, heterogêneo”, acrescenta Culler (Ibid., p. 8), e explica:

“Theory” é um gênero por causa do modo como seus trabalhos funcionam. [...] esses trabalhos extrapolam o quadro disciplinar dentro do qual eles normalmente seriam avaliados e que ajudaria a identificar suas sólidas contribuições ao conhecimento. [...] o que distingue os membros desse gênero é sua habilidade para funcionar não como demonstrações dentro dos parâmetros de uma disciplina, mas como redescições que desafiam as fronteiras disciplinares (Ibid., p. 9).

Se a heterogeneidade radical da crítica perturba LaCapra a ponto de levá-lo a concebê-la como um enorme obstáculo, se não uma impossibilidade, para a História da Crítica, em Culler ela se afigura como uma característica intrínseca e definidora de um novo gênero discursivo, o qual, apesar, ou justamente por causa dessa característica, se vê imbuído de uma coesão interna capaz de distingui-lo de outros gêneros. Isso possibilitaria, ao invés de impedir, um panorama do

desenvolvimento e da consolidação da “theory” no campo dos estudos literários, algo a que o próprio Culler se dedicará, já em 1987, num texto chamado “Criticism and institutions: the American university”.

Uma década mais tarde, o ímpeto sintetizador e didático de Culler atingirá o ápice com seu pequeno (e até hoje muito influente) manual *Literary theory: a very short introduction*. “Muitas introduções à teoria literária descrevem uma série de ‘escolas’ de crítica. A teoria é tratada como uma série de ‘abordagens’ em competição, cada uma com suas posições e compromissos teóricos”, explica Culler (1997, p. vii) nas primeiras linhas do prefácio ao manual, afirmando, na sequência, que esses “movimentos teóricos” identificados em tais introduções têm, na verdade, “muito em comum”, e que é isso que se tem em vista quando se fala em “theory” (Ibid., p. vii). Culler justifica, dessa forma, sua opção por “discutir questões e asserções compartilhadas” ao invés de “fazer o levantamento de escolas teóricas”, ainda que venha a oferecer, no Apêndice ao livro, “que pode ser lido no começo ou no fim ou consultado constantemente”, o que chama de “breves esboços de importantes escolas ou movimentos críticos” (Ibid., p. vii). Eis a lista: formalismo russo, New Criticism, fenomenologia, estruturalismo, pós-estruturalismo, desconstrução, teoria feminista, psicanálise, marxismo, novo historicismo/materialismo cultural, teoria pós-colonial, discurso das minorias, Queer Theory. Isso posto, alguém poderia se perguntar se é mesmo razoável projetar toda essa heterogeneidade de perspectivas num único e mesmo “gênero” discursivo chamado “theory”, sob a alegação de que tais “movimentos” ou “escolas” compartilhariam entre si um “desafio amplo ao senso comum” e “investigações sobre como o sentido é criado e como identidades humanas ganham forma” (Ibid., p. vii).

Seja como for, o fato é que já no livro de 1982, *On deconstruction*, a “theory” é apresentada como um “gênero heterogêneo”, sendo muito improvável que LaCapra tenha simplesmente ignorado aquilo que, na verdade, enuncia-se como o propósito central de Culler na ocasião: oferecer uma síntese didática da situação das teorias críticas na contemporaneidade. Assim sendo, a insistência lacapriana em conceber a “cena crítica corrente” como uma “arena” de práticas discursivas concorrentes deveria ser tomada antes como uma recusa, e, mesmo, uma reversão, ao modo de um desarquivamento, da síntese didática culleriana.

A diferença fundamental entre o que está em jogo na abordagem da situação presente da crítica feita por Culler e naquela feita por LaCapra, ambos os autores, aliás, a professarem uma filiação derridiana, talvez devesse mesmo ser expressa em vista do que veio a ponderar o próprio Derrida sobre as formas de manifestação da desconstrução no contexto da ascensão da “theory” nos Estados Unidos (Cf. DERRIDA, 1994). Derrida distingue, a propósito, o que chama “efeito de desconstrução” do chamado “desconstrucionismo”. Com a primeira expressão, ele não se refere “nem a textos específicos nem a autores específicos, e sobretudo não a essa formação que disciplina o processo e o efeito de desconstrução em *uma* teoria ou *um* método crítico chamado desconstrucionismo ou desconstrucionismos” (Ibid., p. 83). Com esse efeito de desconstrução, explica Derrida, ver-se-ia desorganizado “não apenas a axiomática dos discursos filosóficos e científicos como tais, do discurso epistemológico, das várias metodologias da crítica literária (New Criticism, formalismo, tematismo, historicismo clássico ou marxista), mas até a axiomática de conhecimento simultaneamente em ação na ‘States’ theory” – e aí Derrida cita a listagem de Culler das “perspectivas e discursos teóricos” que teriam impactado o desenvolvimento da crítica contemporânea: “linguística, psicanálise, feminismo, estruturalismo”, explicando que o último elemento da série original, “desconstrução”, introduz na mesma “um elemento de perturbação, desordem ou irreduzível caos [...]” (Ibid., p. 84). Mas se o efeito de desconstrução de que fala Derrida não se deixaria reduzir nem a uma teoria ou método crítico nem à “theory” na forma em que a descreve Culler, ele não consistiria, por outro lado, “em opor-se reativamente à teorização, mas, ao contrário, em regularmente desconstruir os pressupostos filosóficos de teorias existentes ou das teorias implícitas nos discursos que denigrem a filosofia ou a teoria”, tratando-se de “exceder o

teórico ao invés de impedi-lo e tomar posições ‘contra a teoria’ [*against theory*]” (Ibid., p. 87).

Daí adviria um resultado tão paradoxical quanto previsível, observa Derrida: “a própria coisa que que excede ao mesmo tempo o teórico, o temático, o tético, o filosófico e o científico provoca, como gestos de reapropriação e sutura, movimentos teóricos, produções de teoremas [...]” (Ibid., p. 87). Tratar-se-ia de gestos, movimentos eminentemente “instauradores” ou “instituidores” [*instituting*], algo que “constrói e fortifica teorias, oferece temáticas e teses, organiza métodos, disciplinas, até escolas” (Ibid., p. 88).

Derrida destaca, nesse sentido, o chamado “pós-estruturalismo, vulgo desconstrucionismo” [*poststructuralism, alias deconstructionism*], que consiste na formalização de certas “necessidades estratégicas” do impulso desconstrutivo, propondo “um sistema de regras técnicas, procedimentos metodológicos ensináveis, uma disciplina, fenômenos escolares, um tipo de conhecimento, princípios, teoremas, que são, em sua maioria, princípios de interpretação e leitura (ao invés de escrita)” (Ibid., p. 88). Derrida reconhece que o chamado desconstrucionismo “não é monolítico”, havendo diferenças entre os desconstrucionismos e os desconstrucionistas, mas considera ser possível afirmar “que há *desconstrucionismo* em geral cada vez que o impulso desestabilizador fecha-se e estabiliza-se num conjunto ensinável de teoremas, cada vez que há auto-apresentação de *uma*, ou, mais problematicamente, *da* teoria” (Ibid., p. 88). Isso posto, e seria preciso reconhecer a “theory” nos termos em que Culler a define e a apresenta – como um gênero discursivo, heterogêneo, é verdade, mas, ainda assim, ou justamente por isso, *um gênero*, com todas as características estáveis que permitem identificá-lo como tal e diferenciá-lo de outros gêneros discursivos –, e, sobretudo, na forma em que ele o faz – por meio de sínteses didáticas que assumem o formato de livros de referência ou manuais a serem utilizados como guias em disciplinas voltadas para a divulgação e o ensino da “theory”, nos EUA ou em outros países (note-se, por exemplo, que *On deconstruction* e *Literary theory: a very short introduction* foram traduzidos e editados no Brasil) –, que a “theory”, em suma, nos termos e na forma em que Culler a define e apresenta, configura-se como uma espécie de gesto estabilizador do impulso desconstrutivo desestabilizador de que fala Derrida, um gesto que, como todo impulso estabilizador, “procede por cláusulas predicativas, assegura com declarações assertóricas, com asserções, com declarações como ‘isso é aquilo’: por exemplo, desconstrução é isso ou aquilo” (Ibid., p. 84), ou, poder-se-ia acrescentar: a “theory” é isso ou aquilo, é “um gênero heterogêneo”, por exemplo.

Na contramão desse impulso teórico estabilizador, Derrida identifica o campo das teorias literárias essencialmente como um “campo de forças” [*field of forces*], um “campo de forças plurais” [*field of plural forces*]: “em seus fenômenos e títulos usuais, essas forças podem ser chamadas forças libidinais, forças político-institucionais ou histórico-sócio-econômicas, ou forças concorrentes de desejo e poder” (Ibid., p. 65). E ainda: “Forças nunca vão sem suas representações, suas imagens especulares, os fenômenos de refração e difração, o reflexo ou reapropriação de forças distintas ou opostas, a identificação com o outro ou o oponente, etc.” (Ibid., p. 65). Observe-se que a percepção derridiana do campo das teorias literárias como um “campo de forças plurais” aproxima-se muito mais da descrição lacapriana da “cena crítica corrente” como uma “arena” em que se enfrentam “práticas discursivas” concorrentes do que da definição culleriana da “theory” como um “gênero heterogêneo”. Mas o “campo de forças” derridiano revela-se, na verdade, uma “arena” bem mais radical do que a de LaCapra: se na arena lacapriana, enfrentam-se, ao que tudo indica, teorias, métodos ou escolas críticas já constituídas (ainda que internamente dialogizadas), que disputam entre si o primado epistemológico, institucional e político no domínio dos estudos literários, Derrida, por sua vez, fala de “forças” que seriam mesmo anteriores à própria constituição de uma teoria como teoria, de um método como método, de uma escola como escola. Esse campo de forças teria, para Derrida, algo de “monstruoso”. Daí, sua indagação:

Ao invés de continuar jogando o completamente tedioso jogo que consiste em aplicar os mais surrados esquemas da história das ideias à especificidade do que está acontecendo agora, especialmente neste país [EUA]; ao invés de ceder a normalizar e legitimar representações que identificam, reconhecem e reduzem tudo tão apressadamente, por que não estar interessado, antes, em monstros “teóricos”, nas monstruosidades que anunciam a si mesmas na teoria, nos monstros que, de antemão, superam e tornam cômicas todas as classificações ou ritmos como: depois do New Criticism vem um “ismo” e, então, um “pós-ismo”, e então, de novo, outro “ismo”, e, hoje, ainda outro “ismo”, etc. (Ibid., p. 79).

Mas uma monstruosidade “nunca apresenta a si mesma”, reconhece Derrida (Ibid., p. 79); “ou então, se vocês preferirem, ela apenas apresenta a si mesma, isto é, deixa-se ser reconhecida, permitindo-se ser reduzida àquilo que é reconhecível; isto é, a uma normalidade, uma legitimidade que não é ela”. Em suma: “Uma monstruosidade só pode ser ‘desconhecida’ (*méconnue*), isto é, não-reconhecida [*unrecognized*] e mal compreendida [*misunderstood*]. Ela só pode ser reconhecida depois, quando tornou-se normal ou a norma” (Ibid., p. 79). Derrida associa, então, na sequência, o monstruoso àquilo que acontece ou que irrompe sem que tenha sido previsto ou programado, numa palavra: ao *evento*; “se há eventos ‘teóricos’ que marcam uma instituição”, ele diz, “eles devem ter a forma sem forma de uma monstruosidade; isto é, eles não podem ser reconhecidos ou legitimados na hora e ainda menos programados, anunciados e antecipados de qualquer forma” (Ibid., p. 80).

Derrida toma, então, como exemplo o famoso colóquio “The Languages of Criticism and the Sciences of Man” [As linguagens da crítica e as ciências do homem], ocorrido em 1966 na Johns Hopkins University, do qual ele próprio participou, e a respeito do qual se costuma dizer ter sido “um evento no qual muitas coisas mudaram [...] na cena americana” (Ibid., p. 80). Assim:

O que é agora chamado “theory” neste país pode mesmo ter uma ligação essencial com o que se diz ter acontecido lá em 1966. [...] O certo é que se algo aconteceu lá que poderia ter o valor de um evento teórico, ou de um evento dentro da teoria, ou, mais provavelmente, o valor do advento de um novo sentido teórico-institucional de “teoria” – daquilo que tem sido chamado “theory” neste país por cerca de vinte anos –, esse algo somente veio à luz posteriormente e ainda está tornando-se mais e mais claro hoje. Mas o que também é certo é que ninguém, ou entre os participantes ou próximo a eles, teve qualquer consciência temática do evento; ninguém poderia fazer ideia dele e, sobretudo, ninguém poderia ou teria ousado a programá-lo, anunciá-lo ou apresentá-lo como um evento. Isso é certo; e é tão certo que se alguém reivindicasse hoje programar ou apresentar um evento similar, essa pessoa estaria equivocada – não há dúvida quanto a isso. Essa é mesmo a receita mais segura para se estar equivocado (Ibid., p. 80).

A imprevisibilidade de que fala Derrida poderia ser aquilatada pelo fato de que o colóquio que se costuma tomar como o grande marco franco-americano da teoria “pós-estruturalista” ou, simplesmente, da “theory”, foi originalmente pensado, como se pode ler no prefácio à edição em livro dos anais do colóquio, como abertura para “um programa de dois anos de seminários e colóquios que procuravam explorar o impacto do pensamento ‘estruturalista’ contemporâneo sobre métodos críticos em estudos humanísticos e sociais”, e que o grande propósito desses encontros era o de colocar em contato “importantes proponentes europeus de estudos estruturais numa variedade de disciplinas com um amplo espectro de *scholars* americanos”, esperando-se, com isso, “estimular inovações tanto no conhecimento [*scholarship*] recebido quanto no treinamento dos estudiosos [*scholars*]” (MACKSEY; DONATO, 2007. p. xxi-xxii). Ora, a simples menção de alguns nomes da “missão estruturalista” francesa então enviada aos EUA, nomes particularmente importantes para a teoria crítica como os de Georges Poulet, Lucien Goldmann, Tzvetan Todorov, Roland Barthes, Jacques Lacan e Jacques Derrida, dá uma ideia do nível de fragmentação/contradição interna do “pensamento” (dito “estruturalista”) que se gostaria, então, de apresentar e divulgar nos EUA.

Como agrupar e conciliar, afinal, num mesmo espaço ou campo, a hermenêutica da “interioridade”, claramente “pré-estruturalista”, de um Poulet, o estruturalismo *sui generis*, dito “genético” (dada sua filiação piagetiana), de um Goldmann, o engajamento todoroviano no projeto de uma poética estruturalista que se desvencilhasse enfim, da subjetividade inerente ao trabalho da interpretação, o distanciamento barthesiano em relação a esse mesmo projeto (subscrito, anteriormente, pelo próprio Barthes) rumo a uma teoria do “Texto” de coloração “pós-estruturalista”, mas num sentido dessa expressão que não se confundiria nem com a extrapolação de um estruturalismo mais ortodoxo no pensamento de Lacan, nem com a desconstrução do estruturalismo lévi-straussiano em Derrida? Um tal agrupamento, não seria ele, em vista de sua improbabilidade, de sua artificialidade (de que outra maneira todos esses autores viriam a se reunir pessoalmente e a se discutir mutuamente a não ser por ocasião de um colóquio “estruturalista” num país estrangeiro?), de sua heterogeneidade radical, de sua oposicionalidade interna, não seria ele, em suma, algo de monstruoso? O fato de que os anais com as contribuições do grande acontecimento “estruturalista” em terras americanas tenha aparecido em livro, quatro anos mais tarde (em 1970), com o subtítulo “The Structuralist Controversy” [A controvérsia estruturalista], e, sobretudo, que essa expressão tenha sido alçada a título principal do livro a partir da edição de 1972, parece sugerir que sim.

É essa monstruosidade originária que parece completamente domesticada quando se toma, por exemplo, a célebre comunicação de Derrida no referido colóquio de 1966 – “Structure, sign, and play in the discourse of the Human Sciences” [A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas] como uma espécie de certidão de nascimento da “deconstruction” ou da “theory”, como se se tratasse de algo declarado ou anunciado pelo próprio Derrida na ocasião. Não, a intervenção derridiana, a tensa composição da voz derridiana com as demais vozes “estruturalistas” lá presentes, mas também com a voz maior, então ausente, de Lévi-Strauss, a monstruosidade, enfim, desse *evento* em que aquilo que viesse a ser afirmado acerca, por exemplo, da “estrutura”, o seria de maneira necessariamente dificultosa, conflitual e sem alíbis “teóricos”, isso, em suma, não poderia nunca ter sido programado ou anunciado. “Monstros não podem ser anunciados”, sentencia o próprio Derrida (Ibid., p. 80) em tom conclusivo. “Não se pode dizer: ‘Aqui estão nossos monstros’, sem imediatamente transformar os monstros em animais de estimação” (Ibid., p. 80).

Com suas ressalvas em relação ao modo como o colóquio de Johns Hopkins veio a ser arquivado pela memória acadêmica norte-americana, tendo sua monstruosidade original completamente domesticada pelas reconstituições históricas do pensamento crítico “pós-New Criticism”, Derrida insta-nos a recuar ao ponto em que, alguém das rotulações *a posteriori*, vê-se desenhado pelo conjunto nada harmonioso daquelas comunicações feitas em 1966, bem como das acaloradas discussões que a cada uma delas se seguiram (cf. MACKSEY; DONATO, 2007), algo como um campo de forças plurais e conflituais em torno de problemáticas como “estrutura”, “estruturalismo”, “sujeito”, “linguagem”, “literatura”, “interpretação”, “crítica”, etc., campo esse a figurar como uma espécie de microcosmo desse magma monstruoso de onde as teorias, os métodos e as escolas críticas em sua versão institucionalizada e naturalizada emergem ao preço de solidificá-lo, de petrificá-lo, recalcando-o. Esse movimento desconstrutivo de recuo rumo ao campo de forças conflituais de que fala Derrida é também um movimento de desrecalque da historicidade obliterada de teorias, métodos e escolas críticas, configurando-se, portanto, com uma certa *operação historiográfica*, à qual, em vista de seu escopo monstruoso, poder-se-ia chamar “teratológica”.

Isso nos leva de volta a LaCapra, instando-nos à conclusão de que no seu texto a questão da historiografia da crítica encontra-se mal formulada, podendo ser reestruturada da seguinte forma: a heterogeneidade radical da crítica não é, não pode ser um ponto de partida para a História da Crítica, configurando-se, antes, como um ponto de chegada. A percepção da heterogeneidade/dialogicidade constitutiva de que nos fala LaCapra é, ela própria, o produto de uma certa operação historiográfica que consiste em desestabilizar/desarquivar/reverter o discurso das teorias e métodos críticos consolidados e institucionalizados rumo ao estado de oposicionalidade monstruosa na base

de tais teorias e métodos, e que fora recalçado por um processo de institucionalização e naturalização.

Referências Bibliográficas

CULLER, Jonathan. Criticism and institutions: the American university. In: ATTRIDGE, Derek; BENNINGTON, Geoff; YOUNG, Robert (Ed.). *Post-structuralism and the question of history*. Irthlingborough (Northants, UK): Cambridge University Press, 1987. p. 82-98.

CULLER, Jonathan. *Literary theory: a very short introduction*. Gosport (Hampshire, UK): Oxford University Press, 1997. [Ed. bras.: CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Trad. de Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca, 1999.]

CULLER, Jonathan. *On deconstruction: Theory and Criticism after Structuralism*. Ithaca: Cornell University Press, 1982. [Ed. bras.: CULLER, Jonathan. *Sobre a desconstrução: teoria e crítica do pós-estruturalismo*. Trad. de Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.]

DERRIDA, Jacques. Some statements and truisms about neo-logisms, newisms, postisms, parasitisms, and other small seismisms. In: CARROL, David (Ed.). *The states of 'Theory': History, Art, and Critical Discourse*. Stanford (California): Stanford University Press, 1994.

LACAPRA, Dominick. Writing the History of Criticism now? In: _____. *History & Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985. p. 95-114.

MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (Ed.). *The Structuralist Controversy: the languages of criticism and the sciences of man*. 40th Anniversary Edition. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2007 [1972]. [Ed. bras.: MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (Ed.). *A controvérsia estruturalista: as linguagens da crítica e as ciências do homem*. Trad. de Carlos A. Vogt e Clarice S. Madureira. São Paulo: Cultrix, 1976.]

i Nabil ARAÚJO, Doutorando

Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Federal de Minas Gerais (Pós-Lit/UFMG)

nabil.araujo@gmail.com